

NEGROS E NEGRAS NA UNIVERSIDADE E O DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA: O CASO DO PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES NA UNIRIO

FRANCISCO MARCELO DA SILVA

RESUMO

Este artigo apresenta parte da pesquisa de mestrado realizada entre 2010/2012, pelo PPGE da UFF, onde analisamos o *Programa Conexões de Saberes: diálogo entre a universidade e as comunidades populares,*¹ enquanto uma pretensa Política de Ação Afirmativa de Assistência Estudantil destinada a garantir uma *permanência com qualidade* a estudantes negros/as moradores/as de favelas, especificamente². Para além das dificuldades materiais que geralmente se apresentam como entrave primeiro à permanência de grupos historicamente marginalizados a partir da entrada no ensino superior, outras formas silenciosas como falta de familiaridade com temas acadêmicos, discriminação racial e territorial também atuam como obstáculos a serem superados por esses grupos no espaço acadêmico, que na busca por soluções imediatas podem vir a desenvolver como autodefesa, a negação de suas origens étnicas e socioterritoriais na luta por uma permanência menos adversa na universidade.

PALAVRAS - CHAVE

Favelas, universidade, territorialidades, estudantes negros/as, políticas de permanência.

1 O Programa Conexões de Saberes desde 2004 é Coordenado pela SECADI/MEC e cobre todo território nacional com mais de 33 IFES filiadas.

2 O Programa na sua essência também abrange outros estudantes de comparada situação social, mas que não se declaram negros, por exemplo: estudantes de escola pública com renda até seis salários mínimos e estudantes indígenas.

Longe de uma criminalização da pobreza e o engrossar de um discurso vitimizador que muito mais fragiliza *favela e favelados*,³ crescer na favela não é tarefa fácil. É preciso entender inúmeros símbolos e códigos para desenvolver as estratégias necessárias para driblar as dificuldades impostas. Talvez venha daí a cunhada expressão “*tá ligado!?*”. Uma espécie de código, enigma, para deixar a todos sempre em alerta, focados, espertos. É fato que as dificuldades sociais que nos são impostas desde a infância nos forçam, muitas vezes, ao abandono precoce da escola na busca por uma oportunidade no mercado de trabalho, e, uma minoria bastante representativa, na falta das condições exigidas para ingressar nesse mercado, se rende ao caminho mais “fácil” e rápido, mas quase sempre sem volta, o caminho da criminalidade.

Este trabalho desde o início se configurou como um grande desafio. Escrever a partir das próprias vivências e territorialidades no esforço de desnaturalizar aspectos da realidade construídos ao longo de anos, este é um exercício reflexivo árduo, mas ao mesmo tempo prazeroso e até certo ponto instigante. Nosso objetivo imediato com essa proposta ao analisar o Programa Conexões de Saberes esteve na sua proposição filosófica e metodológica que foca numa conexão entre saberes até então opostas – saber popular e o saber acadêmico - e que apresenta como base a ação de atores sociais distintos numa ação conjunta em ambos os territórios na busca pela construção de um novo saber.

Criado em 2004, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC, atualmente SECADI/MEC, a partir de uma experiência pioneira do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro⁴, o Programa *Conexões de Saberes* nasce com o propósito inicial da construção de uma rede sociopedagógica para a ampliação dos vínculos entre as instituições acadêmicas e as comunidades populares, através da inserção de estudantes negros/as e indígenas de origem popular e outros sem a mesma origem étnico-racial, mas originários de territórios cujo padrão socioeconômico compromete a sua qualidade de vida. O propósito do Programa é garantir uma formação de qualidade por meio da inserção dos sujeitos selecionados nas práticas de pesquisa e extensão universitárias, vinculadas aos problemas enfrentados por suas favelas de origem em seus cotidianos. Entende-se, portanto, que esta qualificação deverá ser caracterizada por uma formação que articule os saberes acadêmicos e os problemas e saberes oriundos das favelas dos graduandos selecionados, ao mesmo tempo em que garanta as condições materiais/objetivas imprescindíveis a um desempe-

³ Em tom de desdém de qualquer conotação preconceituosa e entendendo o termo favelado/a como parte de uma identidade histórica de grande riqueza social, política e cultural.

⁴ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, localizada em uma das 16 favelas que compõem o conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

ho acadêmico satisfatório. Portanto, é durante o processo de formação que a qualificação pretendida deverá ocorrer.

No âmbito do Programa Conexões de Saberes estão previstas diversas ações, dentre as quais destacamos o desenvolvimento de projetos educacionais inovadores para favelas, que têm como finalidade o apoio a projetos que ampliem as oportunidades para a produção de conhecimentos científicos e de intervenção em prol dessas favelas, com atenção especial às crianças, adolescentes e jovens pertencentes ou não ao sistema estadual ou municipal de Educação.

O Programa busca articular ensino-pesquisa-extensão às atividades voltadas para o *acesso*⁵ e *permanência* com garantia das condições materiais para os *estudantes de origem popular*⁶. Os bolsistas desenvolvem pesquisas e projetos nas suas favelas de origem e recebem orientação para as atividades institucionais (organização de seminários, pesquisas, produção de artigos, capacitação etc.) ao mesmo tempo em que contribuem para o debate político em prol da democratização do acesso e da permanência dos estudantes de origem popular no ensino superior através da aplicação das políticas de ação afirmativa.

Para o trabalho aqui proposto estaremos apresentando fragmentos das entrevistas realizadas com estudantes bolsistas com no mínimo dois anos no Programa. Pretendemos mostrar que violências sofridas por força da nossa condição social, racial e territorial, podem construir entraves visíveis e invisíveis na formação humana desses estudantes. O Programa Conexões de Saberes se propõe a desconstruir esses entraves e fazer desses estudantes ferramentas para a obtenção de uma universidade mais plural e aberta à diferença, assim como, reconhecer que os espaços favelados também são produtores de conhecimento, conhecimento esse ignorado pela academia. Por outro lado, o fracasso da formação intelectual e política junto aos bolsistas pode acarretar em sequelas quase que irreversíveis para cada um desses estudantes e conseqüentemente para seus territórios de origem.

Minha experiência enquanto pesquisador no Programa Conexões de Saberes proporcionou-me, em quatro anos de atuação, observar como as dimensões territorial e racial são contempladas e desenvolvidas no âmbito dessa política de permanência, o que me estimulou a sistematizá-la baseado em dados empíricos, além do desejo de contribuir

5 Por outro lado, como a maioria das coordenações do Programa opta por desenvolver nas favelas atendidas os chamados pré-vestibulares comunitários, aproveitando os bolsistas como professores/monitores, isso acaba caracterizando o Programa como uma política de acesso ao ensino superior, pois contribui diretamente para a entrada de mais estudantes com características semelhantes no espaço universitário.

6 O termo *estudante de origem popular* foi cunhado pelos organizadores do Programa para identificar nas Instituições Federais de Ensino aqueles estudantes que reúnem as características compatíveis com o perfil desejado para concorrer a uma bolsa no Programa Conexões de Saberes. A preocupação inicial foi em encontrar um termo que ao mesmo tempo em que cria uma identidade, não traz consigo estigmas construídos socialmente como, por exemplo, *estudante favelado*.

para o seu aperfeiçoamento enquanto uma política importante para a democratização da Educação Superior em nosso país.

Ao compreendermos o/a estudante negro/a morador/a de favela como parte (corpo) de um território com cor majoritariamente preta e as diferentes estratégias utilizadas por eles/as para se manter no espaço acadêmico (um espaço ainda majoritariamente elitizado e branco), melhor perceberemos as mudanças que a sua *entrada e permanência* pode provocar nas diferentes relações e nos diferentes campos de atuação dentro da universidade. O que pode vir a contribuir qualitativamente para novas proposições de políticas afirmativas ou para o aperfeiçoamento de políticas de permanência como a que por ora apresentamos: o Programa Conexões de Saberes.

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: UMA BREVE ABORDAGEM TEÓRICA

O conceito de Ação Afirmativa possui a sua formulação original na obra do jurista, economista e historiador indiano Bhimrao Ramji Ambedkar (1891-1956). Oriundo de uma das castas de *intocáveis* indianas, os Mahar, Bhimrao Ambedkar apresentou pela primeira vez, a proposta de tratamento diferenciado para a representação de grupos sociais inferiorizados na composição da sociedade, em pleno período colonial britânico na Índia em 1919.

Para o Ambedkar, a construção de uma sociedade indiana autônoma e independente requereria a superação de desigualdades provocadas por um sistema de privilégios historicamente construído, reforçados pelo colonialismo britânico e pelas castas superiores (*brahmim, katriya e vishiya*), em detrimento de um imenso número de castas tidas como subalternas. Para Ambedkar, esse cenário só seria superado com a interrupção daquele sistema através da instituição de políticas públicas sociais e constitucionalmente protegidas em favor da igualdade para todos os segmentos da população.

Dentre as importantes contribuições da formulação e da prática política de Bhimrao Ramji Ambedkar, deve-se ressaltar o entendimento da ação afirmativa como política pública protegida pela constituição daquele país, pois enfatiza a dimensão do direito à igualdade como dever e responsabilidade do Estado. Ou seja, não se trata exclusivamente da promoção de programas e projetos de inclusão social, como a que tem sido implementada no Brasil. Mas, uma ação política perene que assegure aos grupos a que são destinadas, condições de representação social, política, respeito à diferença sociocultural e promoção da diversidade, como valores democráticos que devem ser universalizados.

O marco histórico da Ação Afirmativa mais contemporânea, inclusive com fortes repercussões no Brasil foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul, em

setembro de 2001. Ela orientou a formulação de estratégias para implementação compulsória, sobretudo, por parte de instituições federais, de ações afirmativas que propiciassem o enfrentamento das desigualdades raciais e a promoção de igualdade de oportunidades e condições sociais com ênfase na reparação de Direitos. É possível identificar no artigo 18 da Declaração de Durban uma das mais contundentes defesas para ação afirmativa sob o primado da igualdade substantiva,

(...) realçamos que a pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social e as desigualdades econômicas estão vinculadas ao racismo, à discriminação racial, a xenofobia e as práticas conexas de intolerância e contribuem para a persistência de atitudes e práticas racistas, que por sua vez geram mais pobreza (ONU 2001: 7-8).

Esse círculo vicioso justifica a adoção das ações afirmativas como estratégia política de efetivação da igualdade substantiva para amplos segmentos populacionais discriminados,

(...) destacamos a necessidade de desenhar, promover e aplicar no plano nacional, regional e internacional estratégias, programas e políticas, assim como legislação adequada, que pode incluir medidas especiais e positivas, para promover um desenvolvimento social equitativo e a realização dos direitos civis e políticos, econômicos e sociais e culturais de todas as vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas conexas de intolerância, dando-lhes, particularmente, um acesso mais efetivo às instituições públicas, judiciais e administrativas, assim como a necessidade de incrementar o acesso efetivo à justiça e de garantir que os benefícios do desenvolvimento, da ciência e da tecnologia contribuam efetivamente para melhorar a qualidade de vida de todos sem discriminação (ONU 2001:19).

E, ainda,

(...) reconhecemos a necessidade de adotar medidas afirmativas ou medidas especiais em favor das vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas conexas de intolerância para promover sua plena integração na sociedade. Essas medidas de ação efetiva que não de incluir medidas sociais, devem estar destinadas a corrigir as condições que minimizam a fruição dos direitos e a introduzir medidas especiais para permitir a igual participação de todos os grupos raciais e culturais, lingüísticos e religiosos em todos os setores da sociedade e para situá-los em pé de igualdade (ONU 2001:20).

A proposta ampla e de caráter universalizador reafirma a concepção de Ação Afirmativa no campo da integralidade, indivisibilidade e exigibilidade de direitos, assim como a define nos termos de um *modo político* para a consolidação da democracia e

confirma o papel de responsabilidade do Estado perante os grupos historicamente discriminados. Nesse sentido, a Declaração de Durban vai de encontro às proposições e práticas de caráter neoliberal em curso no inaugurar do Século XXI, tanto que no que diz respeito ao Estado mínimo, como no que se refere ao papel “democrático” e “civilizador” do mercado.

Os defensores das políticas de ação afirmativa consideram que estas são percebidas em quase todo planeta como condição *sine qua non* na luta pela redução das desigualdades correlatas num curto período de tempo. Segundo Wendderbum,

as ações afirmativas são uma barreira eficaz à progressão do racismo e das desigualdades sociais nele alicerçadas, por isso, derrubá-las é uma necessidade de todo projeto conservador de sustentação de um status quo sócio-racial baseado na dominação hegemônica de uma raça sobre outra, e da supremacia de uma classe sobre todas as outras (...) (Wendderbum 2005: 325).

De acordo com o texto de Joaquim B. Barbosa Gomes intitulado *Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade* (2001), as políticas de ação afirmativa teriam como princípio jurídico-filosófico a garantia da Igualdade perante os homens. Ainda segundo Gomes (2001:01), busca-se com essa política social garantir aos grupos sociais historicamente desfavorecidos uma igualdade que permita uma cidadania plena e plural. Uma igualdade substantiva e moral como critério de tratamento das pessoas e, que, seja capaz de contribuir no combate a axiomas seculares.

Para Gomes, da forma como foi estabelecida, com base nas políticas dos séculos XVII e XVIII onde a liberdade e individualidade das pessoas constituíam os pilares da modernidade, a igualdade jurídica era meramente ficção. Apesar de representar para época um avanço, o ideário de igualdade jurídica para todos os cidadãos, que acabou por tornar-se a base jurídica do Estado liberal burguês norte-americano (Gomes 2001:03). Constituíam-se assim como uma ilusão já que a concepção de uma igualdade puramente formal, assente no princípio geral de igualdade perante a lei começou a ser questionada quando se constatou que a igualdade de direitos não era, por si só, suficiente para tornar acessível, aos socialmente desfavorecidos às oportunidades de que gozavam os indivíduos socialmente privilegiados. A igualdade de direitos apenas e simples, apresenta-se como insuficiente na garantia do acesso aos socialmente desfavorecidos das oportunidades de que gozam os indivíduos socialmente privilegiados. Paralelamente à igualdade de oportunidades, importa garantir também a igualdade de condições (Gomes 2001:03).

Uma política de ação afirmativa não pode se limitar apenas a garantir o acesso aos bens políticos e sociais de uma sociedade democrática. Em sociedades marcadas pelo *etnocídio* e o *genocídio* das populações negras e indígenas, como é o caso da sociedade brasileira, pensar que a mera garantia da igualdade de tratamento generalizada garantirá a igualdade de *condições* e *oportunidades*, beira a hipocrisia. Como afirmou certa vez

o presidente Johnson em discurso na Howard University, “*não basta que os portões da oportunidade fossem abertos a todos, mas que todas as pessoas estivessem aptas e habilitadas a passar por entre eles*” (Siss 2003:114). Fica evidenciada na fala de Johnson a necessidade não de uma igualdade de direitos de fato, mas uma igualdade substancial e material, que garanta não apenas o direito de passar pelo portão das oportunidades, mas, também, as condições para que permanecessem e retornassem.

Nesse processo é imprescindível a participação do Estado. Sua atuação no combate as discriminações correlatas terão imediato impacto na redução das desigualdades sociais contribuindo dessa forma para a inclusão socioeconômica desses seguimentos historicamente marginalizados e explorados. Ao contrário do que pregam os intelectuais liberais, a ação ativa do Estado na promoção e efetivação de políticas de ação afirmativa não só nas repartições públicas, mas, sobretudo privadas, é de suma importância para o sucesso dessas políticas e para a superação de iniquidades sociais históricas. Assim, nessa nova postura o Estado “abandonaria” a sua tradicional posição [liberal] de neutralidade e de mero espectador dos embates que se travam no campo da convivência entre os *homens*, passando a atuar ativamente na busca da concretização da igualdade positivada nos textos constitucionais (Rocha 1996, *apud*, Gomes 2001:06).

A adoção de instrumentos declaradamente ideológicos, balizados na construção do mito da democracia racial, que se faz presente até os dias atuais em nossa sociedade, legitimada por uma discriminação naturalizada da pessoa negra, particular e espacialmente, contribui como entrave ao acesso desses a uma cidadania plena e sua fixação e concentração em territórios discriminados como as favelas. De acordo com Oliveira (2006), estudos sobre o crescimento desordenado das metrópoles brasileiras, em especial o Rio de Janeiro, demonstram o escurecimento da população diretamente ligado a precariedade de seus locais de moradia. Portanto, onde há maior concentração de negros há proporcionalmente um descaso das autoridades públicas com a garantia de serviços públicos de qualidade, quase sempre acompanhadas de diferentes formas de violência, entre elas, a policial e criminal.

Voltar nosso olhar para as realidades urbanas onde o fenômeno da super-concentração populacional ligada à questão racial e social se desenvolve, é, sobretudo, pensar dialeticamente as relações de des-re-territorialização presentes nessa formação social e econômica, que, não diferente de outros espaços da cidade, contém inúmeros elementos conflitantes.

Para Deleuze e Guattari o *pensar* se faz antes na relação entre o território e a terra [espaço] (Deleuze e Guattari 1992:113). Nesse sentido, o pensar, ou seja, o *devir*, só tem sentido quando se relaciona o *homem* ao *espaço* ou ao que na geografia costumadamente conceituou-se de *territorialidade*. É nesse sentido que buscamos desenvolver uma reflexão que relacione a coexistência de sujeitos sociais oriundos de espaços sociais com inserção em distintos territórios, favela e universidade, construindo diferentes

aprendizagens e constituindo novas territorialidades. Por outro lado, nos interessa analisar de que forma essa coexistência afeta os integrantes de um grupo específico nesse território: os estudantes negros moradores de favelas.

De acordo com Deleuze e Guattari a restituição do território é de imanência e a ponto de reconstruir em território alheio um cidadão autóctone, pois suas heranças territoriais não se perdem na sua trajetória. Se apropriando dessas contribuições para entender o processo de des-re-territorialização (DRT), no movimento realizado por estudantes negros/as moradores/as de favela em relação à *saída* de seu espaço de morada, a *permanência* no espaço acadêmico e *retorno* à favela, procuramos compreender de que forma esse processo ocorre a partir da participação efetiva em um Programa, em primeira instância de assistência estudantil, mas com fortes dimensões de identidade e pertencimento territoriais tendo em vista que nasce em território favelado carioca e com a missão de *devolver* à favela, seus membros supostamente *desgarrados*.

Para os estudos sobre as relações humanas na Geografia, a materialidade de sua ação e sua forma organizacional caracteriza-se por espacialidades. Para Milton Santos (1998), o espaço é a soma e a síntese em *movimento* do encontrar-se na paisagem. Ainda, de acordo com Santos, se justifica falar em movimento porque o tempo é uma categoria intrinsecamente ligada à espacialização, condição necessária para que as relações na superfície terrestre possam se caracterizar como humanas. Pois representa um momento de materialização da sociedade com a paisagem. Para Santos (1998) existe um Sistema da Natureza Sucessivo onde se encontram o Homem, os desejos, as crenças, os objetos e as ações,

com a presença do Homem sobre a Terra, a Natureza está, sempre sendo descoberta, desde o fim de sua História Natural e a criação da Natureza Social, ao desencantamento do Mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional (1998:16).

O espaço surge como um espelho sintomático de um domínio sobre a natureza, o qual também se inclui ao sistema social. Desta forma, fica evidenciada a necessidade premente de recorrermos a uma categoria importante da Geografia, o *território* e a partir dele e de seu desenvolvimento, construirmos a discussão da nossa problemática.

O território é muito mais do que um simples substrato fixo, ou uma simples superfície terrestre onde o Estado-Nação exerce seu domínio, aplica suas leis e impõe seus limites. Obviamente que o território que nos interessa compreender permeia essas características, mas não essas apenas. Apesar das contribuições teóricas de áreas da Geografia como a Geografia Política e a Geopolítica (Raffestin 1993), partimos em busca de uma compreensão do território também como um agente produtor de subjetividades, de simbolismos, ou seja, de um lugar no qual o homem estabeleça vínculos, heranças, construa

sua história, suas representações e relações de pertencimento. Mas ao mesmo tempo sabemos que o território favela, todas as subjetividades e *territorialidades* que nela estão incorporadas, está na contramão das normas e formas territoriais colocadas pelo poder capitalista e representações sociais, entre elas a academia. A favela subverte a lógica da cidade. O que pode dar margem a iniciativas como as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras) no Rio de Janeiro, por exemplo. Uma estratégia de segurança que vem sendo desenvolvida sob o argumento da retomada de territórios urbanos pelo Estado. Esse não é tema específico desse trabalho, em particular, mas exemplifica como os territórios favelados, e conseqüentemente seus moradores, são entendidos ou percebidos pelo poder público.⁷

Nesse sentido, usando um exemplo metafórico, podemos dizer que o território pode ser entendido como uma espécie de vulcão que julga-se inativo, mas que no seu interior mantém contínuo processo de atividades que podem em algum momento entrar em erupção e atingir territórios externos. Podemos então, por assim dizer, afirmar que nesse exato momento ocorre um processo de desterritorialização com o rompimento dessas condições, que nas palavras de Rogério Haesbaert,

(...) pode ser tanto simbólico, como destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticas de integração (2007: 181).

A reterritorialização, conseqüentemente, é a forma desenvolvida e encontrada pelos grupos *desterritorializados* para reconstrução de suas identidades, vínculos e pertencimentos, sua história. Estabelecendo novas relações sociais, afetivas, econômicas e políticas no território em que se tenta restabelecer, reterritorializar. A presença de estudantes negros/as oriundos de espaços favelados nas universidades públicas brasileiras, não seria, talvez, a busca desse referencial, desse restabelecimento a uma reterritorialização, por parte daqueles que vivenciam a invisibilidade, o preconceito, a discriminação, a não participação e negação do direito à educação, à cidadania?

Ao refletirmos sobre a formação oferecida pelo Programa Conexões de Saberes aos seus bolsistas com vistas à formação de quadros intelectuais que contribuam teoricamente para a superação dos limites impostos por uma estrutura social ainda muito racialmente discriminatória, projetada no interior das universidades, em particular, nas públicas, nos importa também desvelar as dificuldades que uma parcela considerável de estudantes universitários/as brasileiros/as tem enfrentado para o exercício do seu direito a uma cidadania plena. Para estudantes com perfis tão semelhantes como o encontrado entre os bolsistas do Programa, que apresentam além das dificuldades objetivas como

7 Para mais informações consulte artigo publicado na Revista Brasileira de Pós-graduação em Ciências Sociais v.11 (2012): <http://seer.bce.unb.br/index.php/revistapos/article/view/8654>

insuficiência de material didático e pouco recurso financeiro, e que também enfrentam questões mais subjetivas que advêm do *encontro*, ou seja, da relação com o *outro*, o *diferente*. Além disso, esses estudantes são colocados diante de um território totalmente *estranho* e muitas vezes hostil, em comparação ao seu território de origem, as favelas. Veem-se diante da “obrigação” de incorporar outra *aprendizagem*, outros *fazer*s e *saber*s que devem ser valorizados e postos em prática, em detrimento daqueles assimilados e incorporados ao longo de sua existência.

Desta forma, faz-se mister o debate aqui proposto a respeito do papel da universidade na formação de seus estudantes enquanto cidadãos corporificados de direito e a violência silenciosa a que são expostos diariamente. É nesse sentido que Martin (2007) também entende o papel da universidade em relação à formação de seus estudantes,

a universidade é o lugar em que se aprende o conjunto de saberes que permitirão ao futuro titulado exercer uma profissão ou dedicar-se ao âmbito da pesquisa. No entanto, não parece tão óbvio que a universidade seja um lugar em que se aprenda um conjunto de *saberes éticos e cidadãos*. Não se pode entender uma formação universitária de qualidade que não incorpore, de forma sistemática e rigorosa, situações de aprendizagem ética e de formação cidadã. [*grifos meus*] (Martin 2007).

Nessa perspectiva a universidade deve desempenhar o papel principal na formação de seus estudantes, não apenas focado na aprendizagem de competências e habilidades, mas que também incorpore os saberes éticos e sociais para o exercício de uma vida cidadã.

Ao analisar os pontos apresentados como objetivos específicos do Programa Conexões de Saberes, dois deles reforçam a busca por uma formação afirmativa do ponto de vista do fortalecimento da identidade e da herança territorial, tendo como pano de fundo o foco numa ação mais politizada, ficando a questão racial prejudicada. São eles: a) Estimular a formação de novas lideranças discentes e comunitárias capazes de articular a qualidade acadêmica com compromisso social, reforçando a interação da comunidade popular com a universidade e; b) Promover ações que articulem as instituições de ensino básico localizadas em espaços populares com a universidade, possibilitando ao estudante universitário de origem popular contribuir para a melhoria dos sistemas estaduais e municipais de educação básica.

Uma política de ação afirmativa de permanência que contemple as demandas e especificidades de novos atores sociais no espaço acadêmico tornou-se nos últimos anos uma das principais pautas no debate sobre a democratização do ensino superior. Para Oliveira e Brandão (2005), esse tipo de política deve atentar a novos desafios que a inserção desse novo contingente coloca para os gestores acadêmicos,

(...) além da qualidade da permanência desses jovens nas universidades, ativeram-se aos novos desafios que estudantes, suas comunidades de origem e a comunidade acadêmica passam a enfrentar à medida que os esforços se dirigem a promoção de um mundo social mais solidário e humanamente diversificado (Oliveira e Brandão 2005:289).

O que permite classificar o Programa como uma política de ação afirmativa é a pretendida reparação sobre a permanência de grupos historicamente sub-representados nos espaços universitários públicos, cujas identidades são em geral negadas nestas instituições. Neste sentido, deve-se atentar para a garantia das condições materiais necessárias à permanência dos selecionados, com desempenho satisfatório na universidade e para as alterações curriculares com vistas à incorporação de conteúdos socialmente relevantes para que esses grupos compreendam o seu *estar* na sociedade, conteúdos estes que, no caso, devem versar prioritariamente sobre a população negra, indígena e de territórios segregados como, por exemplo, as favelas, juntamente com os já tradicionalmente incorporados nos currículos do ensino superior que contribuem para ampliar a visão de mundo dos graduandos e para uma formação profissional qualificada.

Para o Professor Dr. Rogério Diniz Junqueira, a adoção de políticas de ação afirmativa de permanência no âmbito das universidades públicas caracteriza-se pelo enfrentamento de grandes barreiras políticas, jurídicas, institucionais, econômicas e acadêmicas para todos/as. Segundo Junqueira, políticas de ação afirmativa de permanência devem garantir aos/as estudantes negros/as, por ela atendidos/as, a possibilidade de conferir significados e, ao mesmo tempo, ressignificarem-se em termos identitários e moverem-se segundo estratégias formais ou informais (Junqueira: 2007).

O que se pretende é dar visibilidade a quem foi historicamente invisibilizado e continua a ser. Por outro lado, o reconhecimento dos saberes e a valorização das heranças identitárias desses/as novos/as estudantes pode oferecer vida nova a sala de aula, dinamizando ainda mais os debates nas disciplinas e fazendo da escola um lugar mais rico e diverso. Teoricamente essa é a proposta do Programa Conexões de Saberes. Portanto,

(...) verifica-se a necessidade de se promover alterações nos conteúdos programáticos das disciplinas e nas grades curriculares, com vistas a criar possibilidades para a livre busca e constituição de identidades sociorraciais não hierarquizadas e para a legítima expressão das diferenças culturais, possibilitando a troca de experiências, para ampliar e aprofundar a reflexão sobre o padrão das relações sociais e raciais no Brasil e no mundo, enfrentar o racismo e seus efeitos, e, enfim, promover a diversidade e a igualdade. Isso sem mencionar a *necessidade de se considerar o impacto que a entrada e a contribuição de novos contingentes populacionais nas universidades poderão promover tanto na constituição de referências simbólicas a seus grupos e suas comunidades culturais quanto naquelas comunidades universitárias ainda refratárias à valorização da diversidade racial, quer no seu interior,*

quer na sociedade brasileira no seu complexo (Junqueira 2007:20 In Lopes e Braga, 2007 *grifos meus*).

Uma política de ação afirmativa de acesso não acompanhada de uma política de ação afirmativa de permanência austera, fragiliza a mudança e pouco contribui para alteração do quadro de desigualdades em nossa sociedade e, especialmente, na Educação. O espaço escolar ainda se apresenta como reprodutor dessa sociedade desigual, que age em prol dos grupos dominantes. Reconhecer e promover a diversidade étnica e racial, o acesso a diferentes culturas, trajetórias sociais, orientação sexual, crenças, religiões, entre outros, é o principal papel das instituições de ensino. Só assim será possível impactar positivamente o quadro de desigualdades racial e social atuais. Esse é o caráter maior de uma política de ação afirmativa com vistas a assegurar a permanência de estudantes de origem pobre e negra: garantir a igualdade de condições para se acessar igualmente as oportunidades.

O FENÔMENO DA DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO

Para os idealizadores do Programa Conexões de Saberes o enfraquecimento do vínculo entre os chamados *universitários emergentes* e seu território de origem, as favelas, provocado pela necessidade e desejo de permanência no espaço acadêmico a todo custo, tem sido um dos fatores para o enfraquecimento dos vínculos desses estudantes com suas comunidades de favelas. Além disso, poucos universitários moradores de favelas usam o fator *favela* como estratégia de permanência ou de distinção social na universidade pelo fato da imagem negativa e preconceituosa que se tem desses espaços. Daí a ideia de se criar um Programa de permanência, que, por um lado tivesse como objetivo uma assistência estudantil para grupos específicos com histórico de fragilização por diferentes formas de discriminação, e, por outro, que os reconhecesse dentro da universidade, dando-lhes visibilidade através de ações sinérgicas que contemplassem o desejo de ser e estar na universidade com o compromisso social de oferecer algum tipo de *retorno social* a seu território de origem. Para isso, não bastava apenas envolvê-los nas atividades sociais realizadas pela universidade nas favelas através dos projetos de Extensão. Era preciso criar e/ou reforçar vínculos territoriais, valorizar cultural e socialmente a favela na busca por construir *conexões*.

Entendemos que o debate que vem envolvendo a questão do pertencimento ou das heranças territoriais converge para o que Hall (2006) denominou de “*identidades modernas descentradas*”. Ou seja, a partir dessa expressão, trazendo para nosso campo de análise e entendendo o espaço acadêmico e o espaço favelado como territórios distintos, mas que estão a todo tempo *construindo* e *desconstruindo* identidades, o que Haesbaert

(2009) entende como *multiterritorialidades*, procuramos analisar, a partir da fala de nossas interlocutoras, de que forma a entrada no Programa Conexões de Saberes as influenciou a esse respeito. Criou-se apenas uma relação romantizada sobre as favelas ou se de fato as despertou, no caso dos adormecidos, para um sentimento de compromisso e de atuação política acompanhada de um olhar mais crítico sobre as diferentes formas de desigualdade em que ainda vive a população negra e favelada no Brasil?

Para Hall (2006), o conceito de *identidade* é extremamente complexo e ainda muito pouco desenvolvido e compreendido nas Ciências Sociais. Segundo esse autor as teorias que embasam a crença de que existe uma crise de identidade no mundo moderno tem fim no final do século passado por conta de mudanças estruturais. De acordo com Hall essas mudanças foram responsáveis pela fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que outrora foram responsáveis por nossas sólidas localizações enquanto indivíduos sociais. Ainda de acordo com Hall, seriam estas transformações responsáveis por nossas mudanças de *identidades* pessoais, pondo dúvidas em nós mesmos sobre a ideia que temos acerca dos sujeitos integrados. E conclui:

esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo (Hall 2006).

Desta forma, utilizando-nos das contribuições de Hall, é possível afirmar que a criação e difusão em todo o território nacional do Programa Conexões de Saberes, reflete uma *crise identitária* dos universitários de origem favelada, em especial negros/as, que estariam tendo suas identidades abaladas por conta da entrada na universidade, o que faria da universidade um espaço adverso à convivência da diferença e da diversidade. Sendo assim, seria a universidade uma espécie de *máquina catequizadora* que na eminência de uma *ameaça* a sua estabilidade social, territorial, intelectual e cultural impõe ao *outro* a dúvida e a incerteza sobre a sua identidade, propondo como saída à transformação, a *mutação*, uma metamorfose?

Segundo Rogério Haesbaert (2009), muitos autores lançam mão dos conceitos geográficos, em especial, do conceito de *Espaço*, não para uma análise da emergência do novo, mas para análise do desaparecimento do antigo, do remoto. Por outro lado, outros estudiosos, segundo o autor, mais visionários, chegam até mesmo a definir a questão da *des-re-territorialização* como a mais importante surgida ao final do século passado.

Nosso propósito ao lançar mão dos conceitos de des-re-territorialização para analisar o movimento de saída, entrada e reentrada de estudantes universitários/as negros/as moradores/as de favela na universidade, é desvelar que mesmo entendendo que a des-re-territorialização é fenômeno inerente à criação de territórios para o ser humano, ele

[o território], é condição *sine qua non*, pois a sua *ausência* resultaria na fragilização e desmanche do homem enquanto sujeito social.

Sendo assim, não buscamos aqui corroborar com a ideia de que des-re-territorialização signifique *fim dos territórios*, mas sim, concordar com Milton Santos (1998, 2000, 2007) e Haesbaert (2009) que a *saída* de um território, a *entrada* em outro e seu *retorno* para o ponto de partida envolve todo um processo, que de acordo com a subjetividade de cada sujeito, pode resultar em diferentes respostas sociológicas e psicológicas, mas que em cada sujeito se poderá encontrar um pouco de cada território vivido ou vivenciado, transformando-o num sujeito multiterritorializado (Haesbaert 2009). Nesse sentido, entender de que forma essa multiterritorialização ocorre em relação a estudantes negros/as moradores/as de espaços favelados e bolsistas do Programa Conexões de Saberes é de fundamental importância.

Para Haesbaert o mito da des-re-territorialização é o mito daqueles que creem que o homem possa viver sem território, ou que se possa construir uma sociedade *desterritorializada*. Para ele o movimento de *destruição* do território é o mesmo de *reconstrução* em novas bases. No caso de estudantes negros/as e favelados/as no espaço universitário, o processo de entrada e permanência na universidade sem desligar-se totalmente da favela pode representar a abertura para novas e diferentes experiências, mas também pode vir a representar um tipo de ameaça a sua territorialidade em relação ao território de origem já que a entrada na universidade exige a incorporação de novas estratégias, aprendizagens e comportamentos. Portanto, o processo social que envolve os laços afetivos até as redes sociais que os levam ao ensino superior, de alguma forma os afastam de suas *territorialidades nativas* os aproximando de novas formas de reterritorialização. É nesse sentido que buscamos entender como o Programa Conexões de Saberes atua na manutenção dos vínculos desses estudantes com o território de origem sem arriscar a cooptação por parte dos novos atores sociais nos “novos” territórios.

Porém, é preciso entender que processo de des-re-territorialização pode ocorrer até mesmo sem o afastamento do território de origem. O esforço aqui é para demonstrar que mesmo dentro do território de origem esses estudantes podem criar nichos, tribos ou grupos onde possam desenvolver um comportamento totalmente distinto das demais pessoas constituintes daquele espaço. Esse não é o objetivo desse estudo, mas se faz necessário entender como ocorre a relação desses estudantes com as pessoas de sua vizinhança e parentes para apreendermos um pouco mais o grau de pertencimento que mantém com a favela. Só assim, se poderá com o auxílio das entrevistas, avaliar o grau de inserção e pertencimento com o território para então inferir melhor sobre a real importância do Programa Conexões de Saberes não só para a vida desses estudantes, mas também para a universidade, a favela e a sociedade em geral. Desta forma, buscamos apreender junto às entrevistadas, questões de cunho mais subjetivo sobre o que é ser negra, favelada e moradora de favela. Ou seja, qual foi o impacto do Programa Conexões de

Saberes na vida dessas estudantes nas questões que envolvem o enfrentamento das diferentes violências sofridas.

O QUE É SER FAVELADO?

Nossa preocupação ocorre de uma experiência empírica observada na favela da Maré⁸, onde a maioria dos estudantes que ingressam na universidade criam espaços particulares de convivência, de amizade, com rotas próprias de circulação em grupos específicos. Especialmente com práticas culturais que se aproximam muito mais daquelas realizadas por grupos de classe média e média alta. Uma estratégia utilizada como uma espécie de *descontaminação*, pois alegam que na favela poucas práticas sociais contribuem para uma permanência mais qualificada na universidade, ao mesmo tempo em que reforçam a construção de uma rede social de universitários de favela para a troca de informações, desenvolvimento de atividades culturais, organizações políticas, planejamentos etc., alimentando uma autossegregação. Assim sendo, acreditam que mesmo morando na favela poderão desenvolver as características que julgam necessárias para o pleno exercício do *saber-ser universitário*. Porém, podem também, por outro lado, estarem contribuindo para o enfraquecimento de seus pertencimentos identitários à medida que passam a negar suas trajetórias, suas histórias pessoais, a história local, os conhecimentos adquiridos e repassados de geração a geração e as redes construídas que acabaram contribuindo, direta ou indiretamente, para sua formação enquanto cidadão, e que certamente os levou ao espaço universitário.

Durante as entrevistas, antes de abordarmos ao tema *políticas de ação afirmativa*, buscamos, primeiramente, abordar a questão da *des-re-territorialização*, procurando apreender qual o grau de relação que as nossas interlocutoras⁹ mantêm com seus territórios de morada. Nesse sentido, nas entrevistas com as interlocutoras foi perguntado se utilizavam no dia-a-dia o termo *Favela* para identificar seus locais de morada ou se optavam por eufemismos como *comunidades*, *espaço popular*, *bairro popular*, *periferia*, entre outros. Logo depois perguntamos sobre a identidade territorial, ou seja, como se classificavam territorialmente a partir da definição que haviam acabado de fornecer. Mais à frente, na parte destinada estritamente sobre a permanência no Programa Conexões de Saberes tornamos a arguir sobre a questão territorial. O objetivo era observar que termos utilizam, a priori, para *hetero-definir* seus espaços de morada e se autodefinir, a posteriori. Depois buscamos apreender se essas relações se alteraram após a passagem

8 A Maré é um bairro formado por um conjunto de 16 (dezesseis) favelas localizadas entre as principais vias expressas da cidade e as margens da Baía de Guanabara. De acordo com o último Censo realizado em 2010, sua população chega a aproximadamente 160.000 pessoas.

9 Todas as entrevistadas foram do sexo feminino.

pelo Programa Conexões de Saberes. Apesar da constatação de uma pequena mudança positiva na ralação com as suas favelas e até mesmo em relação ao sentimento de *perten-cimento territorial*, percebemos que o entendimento de que *favela* é algo ruim e que é preciso se distanciar ou promover uma alteração terminológica ou de nomenclatura para que possa se desconstruir o estigma historicamente construído que associa a favela e os favelados a preconceitos e discriminações, ainda é recorrente. Como se a simples mudança de nomenclatura sobreporia séculos de perseguição e discriminação.

Para a estudante Fernanda¹⁰, estudante do curso de Pedagogia, que no início de nossa entrevista se autodefiniu como parda, a questão da favela está diretamente ligada à questão racial. Sendo assim, ela não teria problema em se autodefinir como favelada porque dificilmente seria reconhecida assim já que sua pele é mais clara,

por que pelo meu local de moradia eu não seria considerada [favelada]. Mas convivendo e observando as pessoas em volta, normalmente é uma questão racial. Tentam identificar mais a pessoa, principalmente, se mora próxima a alguma comunidade. Ali [onde mora] eu não considero, mas seria considerado favelado quem fosse negro, mas como eu não sou e não me considero negra, então eu não teria problema em ser chamada de favelada já que sou parda (Fernanda, estudante de Pedagogia na UNIRIO).

Algumas questões se evidenciam na fala de Fernanda. A primeira em relação a uma dúvida quanto a sua autodefinição racial já que mesmo informando inicialmente ser *parda*, alega usar a questão da autodefinição racial de acordo com a exigência do momento. Ou seja, seria como se sua identidade sociorracial pudesse ser sacada do bolso a qualquer momento. Ela é negra quando interessa ser negra, na obtenção de algum benefício social, financeiro ou político, por exemplo, e parda quando o *ser negra* pode vir a deixá-la em desvantagem em alguma situação específica. A segunda questão, quando nos relata que acredita que favela é majoritariamente lugar de negro. O posicionamento de Fernanda corrobora com os argumentos dos Movimentos Sociais Negros que lutam pela implantação das políticas de ação afirmativa com recorte racial para negros/as no ensino superior. Muitos ativistas negros/as e estudiosos/as do tema apontam que o uso da autodefinição ou da autodeclaração racial pode contribuir para uma espécie de fraude no processo de seleção, o que prejudicaria aqueles que realmente se autodeclararam e que são hetero-identificados/as como negros e negras. Questionada sobre sua origem racial respondeu como sendo parda, mas ao ser interpelada sobre sua origem territorial tergiversou afirmando que favela é lugar de negro e ela por **não** ser negra não teria problema em ser identificada como favelada. Mesmo sabendo que a autodeclaração racial negra

¹⁰ Todos os nomes apresentados neste trabalho são fictícios, resguardando, desta forma, a identificação das entrevistadas.

não era critério primordial (e sim, complementar) para seleção no Programa Conexões de Saberes. Fernanda por ter conhecimento prévio de que em programas com esse tipo de recorte social a questão racial também tem peso importante e que apesar de ter traços afrodescendentes, o tom mais claro da sua pele a ajudaria a se desvencilhar dos estigmas raciais e sociais utilizados para perseguir, discriminar e prejudicar as pessoas de cor em nossa sociedade e, conseqüentemente, na universidade, onde a presença dos negros/as ainda é muito reduzida.

Para a estudante Juliana do curso de Museologia, que se autodefine como negra, ao ser agüida se teria problema em se autodefinir como favelada, foi categórica,

sim, com certeza. Porque é um termo pejorativo. Hoje em dia é um termo pejorativo. É um termo que te denigre de alguma forma. Eu não me conceituaria dessa forma por saber do peso que esse termo tem. Como sendo de origem popular ou de baixa-renda tudo bem, menos esse termo. E também não faço referência a nenhuma outra pessoa porque não gosto desse termo (Juliana, estudante de Museologia na UNIRIO).

O posicionamento de Juliana não é muito diferente de Fernanda. Para ambas o termo favela remete a algo ruim, feio, negativo. A entrevistada afirmando-se negra utiliza o verbo *denegrir*, o que significaria enegrecer ou tornar negro, para classificar o termo *favela* como pejorativo. Isso demonstra que mesmo o Programa Conexões de Saberes tendo seu foco na *conexão de saberes* entre a universidade e as *comunidades populares* [favelas] através de ações e projetos das Pró-reitorias de Extensão Universitárias, se utilizando desses estudantes na função de mediadores sociais nessa pretensa *conexão de saberes*, questões sociais como a resignificação de termos como *favela*, parecem não terem sido solucionadas. Longe de uma visão romantizada sobre os espaços favelados, é preciso debater a fundo com essas estudantes as origens das desigualdades sociais e raciais para que não reforcem estigmas e estereótipos historicamente usados contra a favela e, conseqüentemente, contra elas também. A busca por eufemismos ou paliativos em nada altera a relação entre esses espaços e o poder público e o restante da cidade.

Em relação à estudante Marília, também estudante do curso de Museologia, ao ser questionada se teria problema em ser identificada como favelada, respondeu da seguinte forma,

não. Até porque estou inserida num espaço assim. Desde que conheci o museu onde trabalho, dediquei toda a minha formação para estar. E aí, trabalhar num museu que fica dentro de uma favela, é uma desconstrução. Por que as pessoas têm um preconceito: 'você estudou tanto para estar numa favela?' Então, é o meu desconstruir esse preconceito (Marília, estudante de Museologia na UNIRIO).

Marília, também estudante de Museologia, é um caso diferente das demais.

Mesmo o conjunto residencial onde mora estando inserido no mapa geográfico que demarca o conjunto de favelas do Alemão, localizado na Zona Norte da cidade, não se reconhece como favelada por isso, mas sim, pelo fato de trabalhar em um museu localizado em outro conjunto de favelas da cidade. Além de aparentemente mais politizada, a fala de Marília demonstra um inconformismo em relação ao preconceito sobre territórios favelados, o que também pode ser entendido como uma “visão missionária” que se aproxima do olhar *vitimizador*, muito comum em algumas ONGs, instituições religiosas, veículos de comunicação, entre outros. Mas, nesse caso específico o que percebemos é um posicionamento político-militante engajado e motivado pela luta contra o preconceito. O que não deixa de ser um fenômeno interessante, pois demonstra que nesse caso o propósito inicial do Programa Conexões de Saberes em formar novas lideranças capacitadas em desenvolver novos projetos, novas discussões e atuar politicamente em prol dos espaços favelados estaria se materializando na caminhada traçada até aqui por Marília.

E FAVELA, O QUE VEM A SER?

Importante pontuar que as três entrevistadas extrapolaram o tempo de permanência permitido no Programa Conexões de Saberes, que seria de no máximo dois anos. Essa informação dissipa quaisquer dúvidas sobre o tempo de formação dentro do Programa e obviamente lança desconfiança sobre a formação destinada aos bolsistas do Programa. Todas as três quando entraram para o Programa Conexões já eram moradoras de favelas. Mesmo diante de respostas heterogêneas sobre o tema da autodefinição socioterritorial, buscamos compreender um pouco mais como definem conceitualmente seus espaços de origem e qual o termo mais adequado, utilizado pelas informantes, para identificá-lo.

Para a estudante de Pedagogia, Fernanda, entre os termos usualmente utilizados para definir seu local de moradia o ideal seria *espaço popular* e explica por que,

acho que espaço popular. Por ser um local que não é de difícil acesso, mas que é mais desvalorizado socialmente no sentido de alguns direitos, algumas coisas que você percebe haver um contraste de um bairro para o outro e ali na zona norte eu percebo isso, principalmente em comparação aos bairros da zona sul que são bem valorizados e ali (na zona norte) não há tanto investimento (Fernanda, estudante de Pedagogia na UNIRIO).

Para Juliana, estudante de Museologia e moradora da Zona Norte, também corrobora com a opinião de Fernanda em termo dos aspectos físicos necessários para definir o que é favela,

na verdade eu acho que esses conceitos todos foram modificando ao longo do tempo. Eu morava em Del Castilho, depois vim morar aqui, na verdade eu moro em

Turiaçu que é um bairro vizinho a Madureira e numa rua que dá pra uma comunidade que é o Cajueiro, o Faz Quem Quer, uma loucura ali que fica até difícil de você discernir. Inicialmente você pagava imposto, então eu morava num bairro. Depois de um tempo vem o governo e diz que você mora num local de risco, então você já não paga IPTU e fica isento de um monte de coisas, e você fica meio que tentando entender o que é isso. Depois que entro para o Conexões esses termos ressurgem e a gente vai procurar entender melhor que na verdade é um bairro de origem popular porque na verdade as pessoas não têm muito estudo onde eu moro. Então você tem uma preocupação e uma proximidade com a violência. Então, é um reduto complexo. Mas eu entendo que periferia ainda é uma coisa distante, e lembro que pelo Conexões quando eu fui para o Escola Aberta,¹¹ até o termo periferia para mim já havia mudado porque o que eu conceituava como periferia era o local onde eu moro, mas nas escolas onde atuei em Belford Roxo eu considero muito mais periferia do que onde moro. Então, tudo mudou um pouco. Essa visão vai sendo repensada a cada ação (Juliana, estudante de Museologia na UNIRIO).

Para Marília, também estudante de Museologia e moradora da Zona Norte, que se coloca na condição de militante na luta pela desconstrução dos preconceitos em relação à favela, o termo mais adequado para se referir à favela seria, da mesma forma que Fernanda: *espaço popular*. Que segundo ambas, definiria melhor os espaços favelados da cidade,

espaço popular. Porque é um conjunto habitacional que foi construído para abrigar soldados da polícia, então, está fora dessa realidade. Não se adapta a uma favela. Ao que a gente entende como espaço de uma favela. Ele não se enquadra ao conceito de favela (Marília, estudante de Museologia na UNIRIO).

Qual seria o conceito de favela ideal para você, Marília?

é um espaço em que o poder público não atua. Ele tem problemas geográficos, ele tem problema de habitações irregulares, mas o que mais o marca é a ausência do poder público pela falta de educação, pela falta de escola, saúde e pela grande maioria de negros (Marília, estudante de Museologia na UNIRIO).

Mesmo utilizando como argumento a *desconstrução* do estigma historicamente construído sobre o imaginário da favela e as práticas sociais de seus moradores que por várias vezes aparecem nos meios de comunicação marcados de preconceito e

¹¹ O Programa Conexões de Saberes buscando ampliar sua capilaridade a nível nacional e também a quantidade de bolsistas, realizou algumas parcerias com outros programas do Ministério da Educação – MEC. A parceria com o Programa Escola Aberta foi a primeira dessas parcerias e a mais exitosa também. O Escola Aberta consistia e abrir as escolas públicas nos finais de semana para atividades lúdicas, culturais e sociais. Na parceria com o Programa Conexões os universitários atuavam no Escola Aberta ministrando oficinas de leitura e direitos humanos.

discriminação, a fala das ex-bolsistas Fernanda e Marília acaba por reforçar o estereótipo sobre os espaços favelados. Tanto Fernanda como Marília não acreditam no discurso difundido pelo Programa Conexões de Saberes de que a favela produz conhecimento.

Percebemos nas falas das entrevistadas que a favela é um local *sem direitos*, de acordo com Fernanda. Para Marília a favela se configura como um lugar de *habitações irregulares*. E Juliana a define como *um reduto complexo*. Todos esses termos são diariamente negativamente reforçados na mídia, mas que se esperava que fossem rechaçados, desconstruídos e ressignificados por estudantes que receberam uma formação, a partir do momento que ingressam em um Programa de permanência de capilaridade nacional que tem como objetivo principal *conectar saberes populares e saberes acadêmicos*, e ainda tendo como sua origem territorial o maior conjunto de favela da cidade do Rio de Janeiro, a Maré. O uso do termo *conexão*, em substituição a outros mais triviais, por si só indica uma busca menos pormenorizada, e que propõem colocar o saber popular e o acadêmico no mesmo patamar de valor social, científico e cultural. Perceber que bolsistas oriundos de espaços favelados e com mais de dois anos de permanência no Programa ainda sustentam um discurso extremamente conservador em relação ao posicionamento político, agravado pelo fato de desempenharem um papel de mediação fundamental na *conexão* desses saberes, demonstra uma deficiência na formação oferecida pelo Programa e necessidade de uma formação permanente, mas que problematize mais profundamente essas e outras questões como veremos mais a frente.

O conteúdo das respostas aqui apresentadas pode indicar também que essas estudantes por terem sido de alguma forma expostas a um nível de violência social e psicológica de tal porte, que suas falas não apenas reproduzem o olhar estereotipado sobre as favelas e seus/suas moradores/as como o legitimam.

O PROGRAMA CONEXÕES DE SABERES

Diante dessas questões procuramos identificar se essa mesma postura se manifestava quando relacionada à questão da territorialização – desterritorialização - reterritorialização (TDR), diretamente com o Programa Conexões de Saberes. O objetivo foi perceber se a fala das entrevistadas sofreria alguma alteração no momento em que solicitássemos relacionar a questão territorial com as questões conceituais trazidas pelo Programa Conexões de Saberes.

Primeiro perguntamos se a entrada no Programa Conexões de Saberes contribuiu de alguma forma na trajetória acadêmica das nossas entrevistadas. Vejamos quais foram as respostas:

De acordo com Fernanda, estudante de Pedagogia,

o Conexões veio complementar muita coisa na minha formação acadêmica. Eu passei a ter um olhar bem maior sobre o papel da universidade. Por que se eu ficasse só restrita a frequentar o curso eu não viria que a universidade poderia a vir complementar o conhecimento que ela já tem com o conhecimento que é produzido fora dela. O Conexões contribuiu muito para os espaços que ele atuou fora da universidade, trouxe esse conhecimento através dos agentes sociais que estavam próximos de nós e para a universidade para mostrar isso, mostrar que esses espaços têm seus valores e podem crescer podem melhorar, e acho que isso que acrescentou muito. E pra mim, como educadora, ver a escola e como essa escola pode estar interagindo. Acho que a universidade complementa nisso, na interação, porque se restringisse apenas a pesquisar, ela só usava como objeto e não interferia naquele objeto como forma de transformação também.

A resposta da estudante Juliana de Museologia também corrobora com a resposta anterior,

o Conexões, na minha vida acadêmica, eu acho que contribuiu exatamente com essa visão de que a gente não deve desistir. Acho que esse olhar crítico não só no meio acadêmico, mas em tudo na vida. Não só nas oficinas do Escola Aberta, da escrita dos artigos, de pensar todas essas questões de entrada e permanência, mas questões muito mais abrangentes do que essas, porque a gente vai ter que está brigando por isso sempre. Não está limitada só a universidade, ao campo acadêmico. É uma luta que a gente leva pra sempre.

Para Marília, estudante de Museologia, a passagem pelo Programa também teve significado relevante,

se não tivesse passado pelo Conexões, não teria conhecido e aprofundado Paulo Freire e sua importância num momento da Museologia, que foi a missa de Santiago. Não teria conhecido o Fórum de Estudantes de Origem Popular e não teria conhecido o museu da Maré.

Por mais que se reconheça a importância da permanência no Programa Conexões de Saberes para essas estudantes, e a transformação de suas condutas críticas em relação às questões relacionadas às desigualdades sociais existentes dentro e fora do espaço acadêmico, e ainda o reforço do compromisso por um mundo melhor e mais justo, percebemos que questões centrais como desigualdades territoriais urbanas e discriminação racial não aparecem de forma clara em seus depoimentos. Diante de suas respostas, perguntamos de forma mais incisiva se as entrevistadas concordavam, conceitualmente falando, com o termo *espaço popular* utilizado insistentemente nos documentos, publicações e pesquisas divulgadas pelas coordenações locais e nacional do Programa, em substituição ao termo *favela*, entre outros. Vejamos o que responderam.

Fernanda, estudante de Pedagogia e com mais de quatro anos de permanência no Programa,

a favela tem uma riqueza e um status diferente. O lugar onde eu moro, eu não consideraria da mesma forma que uma favela. Ela [favela] tem uma diversidade, uma construção diferente, um histórico diferente, uma questão de direito, lutas sociais, bem diferente do meu bairro que foi uma coisa bem pequena e tal. E aí o porquê da gente considerar um espaço popular por ser uma coisa bem pequena, que também não tem tanto valor social, mas a favela é um espaço segregado que tem um estigma maior. Pra mim, seria muito mais uma comunidade do que um espaço popular. Por que num espaço popular as pessoas podem subentender como um espaço simples, um espaço de interações... Uma coisa muito mais simples que a favela que é um complexo de discussões, de realidades e de culturas que é bem mais amplo.

Para Juliana, estudante de Museologia e com mais de dois anos de permanência no Programa,

olha, eu acho que sim, acredito que sim. Por que acho que é uma forma de você saber, mais ou menos, não se esse termo, favelado, se encaixaria, mas que esse espaço, que esse território precisa ser demarcado, sinalizado, acho que sim. Se não, fica difícil você saber, ter uma noção. Estou pensando enquanto uma pessoa que está no Programa, no bolsista, propriamente. Por que senão, fica difícil, sem essa demarcação fazer qualquer trabalho. Talvez seja um dos termos que acho mais adequado. Ser classificado como favela é pejorativo e dificulta a aceitação, a socialização, dificulta tudo. Por ser uma palavra que te *denigre*, te desqualifica, seria talvez esse termo, na minha visão. Agora, quando você fala em espaço popular, ou até mesmo no termo baixa-renda, que também não é um que eu goste muito, mas que ainda é um que é *tolerado*, tudo bem. Agora, favelado eu acho que te desqualifica muito.

Marília, estudante de Museologia e com mais de dois anos de permanência no Programa,

eu vejo que hoje, falar favela não é mais politicamente correto, então a gente vai maquiado com comunidade, espaço popular... Não é maquiando o rótulo que se resolve o problema do conteúdo. A questão é outra. Não é um termo que vai resolver todos os problemas da favela. Falar favelado se torna preconceito pela forma que está sendo colocado. E geralmente as pessoas referem favelado ao preto, que já está sendo julgado por possível bandido por que é preto, e se vier gritando num ônibus e ouvindo funk: ah, favelado! Aí, se torna preconceito. Mas a palavra favela, não é o problema da sociedade. Não é maquiando ou dizendo que é politicamente incorreto, que se vai resolver.

Para a bolsista Fernanda deveria haver uma escala de importância para classificar

os espaços favelados. De acordo com sua resposta o termo favela remete a uma esfera cultural, *complexa*, onde as relações são mais intensas, assim como o preconceito e os estigmas se fazem mais presentes. No caso específico da favela onde mora, por considerá-la pequena, acredita que deveria ser denominada de *comunidade* ou *espaço popular*. Mesmo reconhecendo que longe dos estereótipos secularmente criados sobre os espaços favelados exista um status, uma *riqueza*, ela abre mão dessas “heranças” para desvincular-se do estigma de favelada.

A demonstração de certo conflito apresentado por Fernanda em relação a seu posicionamento sobre sua territorialidade, pode indicar certo enviesamento em relação à formação recebida. Por outro lado, as diferentes formas de olhar sobre um mesmo objeto pode indicar também uma *exotização* sobre alguns espaços favelados da cidade entendidos como grandes conjuntos de favelas e, por isso, com uma maior riqueza de diversidades e expressões sociais, econômicas e culturais, em detrimento de favelas menores, mas não menos importantes.

Para a bolsista Juliana, estudante do curso de Museologia, o termo favela desqualifica, *denigre*. O olhar que Juliana tem sobre seu espaço de moradia em nada difere do olhar construído pelos *outsiders*, ou seja, os de fora da favela, as pessoas do asfalto, na linguagem de alguns moradores/as. Mesmo permanecendo mais de dois anos no Programa debatendo sobre as questões que envolvem a construção e desconstrução de preconceitos em relação a seu espaço de morada, sua opinião corrobora e reforça o imaginário popular de que os espaços favelados subvertem a concepção de cidade e que a adoção de termos como *espaço popular* poderia modificar o olhar preconceituoso e pejorativo sobre esses espaços.

O posicionamento de Juliana em relação à favela é contraditório ao que propõe o Programa Conexões de Saberes na tentativa de tornar a favela um lugar de produção de conhecimento, assim como a universidade e outros espaços da cidade, e que teria nos bolsistas referências locais na condição dialógica com os demais espaços da cidade, entre eles o acadêmico.

A resposta de Marília difere completamente dos posicionamentos de Fernanda e Juliana. Talvez por conta de sua passagem por uma ONG que lhe ofereceu uma reflexão mais aprofundada sobre as causas das desigualdades raciais e, conseqüentemente, sociais, e sua atuação em uma instituição localizada numa favela do Rio de Janeiro, pode tê-la influenciado a uma reflexão mais crítica levando-a a adotar um posicionamento político mais contundente e menos conservador, em relação às terminologias designadas para tratar do tema *favela*. Para Marília a simples modificação terminológica por si só não resolve os problemas enfrentados pelos moradores desses espaços. Segundo Marília, o uso de outras terminologias como espaço popular, por exemplo, não passam de eufemismos para não se buscar de fato uma solução para os problemas sociais da cidade como um todo.

Não é demais reforçar que o Programa Conexões de Saberes se propõe a conectar os saberes produzidos na universidade com os saberes construídos de forma espontânea nas favelas. Ou seja, parte de um princípio de que as favelas e os favelados também produzem conhecimento, conhecimento esse que ainda não foi sistematizado, e nem é isso que se propõe como já afirmamos anteriormente, mas que quando conectado ao conhecimento acadêmico possa servir, entre outros usos, para a construção de uma *nova pedagogia* e, conseqüentemente, uma permanência mais *soft* para os estudantes universitários oriundos das camadas menos favorecidas. Mitigando assim as diferentes formas de violências sofridas pelos integrantes desses e outros grupos descriminalizados.

PARA NÃO CONCLUIR

Durante meses nos debruçamos sobre a temática da permanência de negros/as oriundos de espaços favelados da cidade do Rio de Janeiro no espaço acadêmico para melhor compreender como o Estado Brasileiro tem se colocado diante desse desafio. Por outro lado, nos esforçamos no sentido de desvelar como essa política de permanência tem contribuído para a permanência desses estudantes no espaço acadêmico, levando em consideração suas especificidades e singularidades.

Diante dos dados analisados e das informações colhidas durante essa pesquisa, se torna de melhor compreensão a fala do Coordenador Geral do Programa Conexões de Saberes na universidade pesquisada, a UNIRIO, que admite peremptoriamente que o Programa Conexões de Saberes funcionou melhor pra fora do que para dentro. Ou seja, contribuiu de forma muito mais significativa oferecendo mais visibilidade as ações e projetos da Extensão Universitária trazendo para a sua universidade novos parceiros, abrindo novos canais de comunicação, humanizando um pouco mais a universidade em relação à *conexão* com as favelas, proporcionando novas articulações com ONGs, Associações de Moradores, Projetos Sociais, Igrejas e Centros Sociais. Mas, em relação a impactar a universidade de fora para dentro, acreditamos que falhou. Assim como falhou na tarefa de construir novas redes sociopedagógicas, novas *conexões* retroalimentares. O fato de criar novas articulações no intuito de abrir novas frentes de ações, não caracteriza a formação de uma rede sociopedagógica porque para se constituir com tal se faz necessária uma reciprocidade, uma sinergia que tenha por base uma gestão horizontal e como nome já traz, uma rede.

Em termos conceituais pode-se afirmar que o Programa se aproxima de fato uma proposta de ação afirmativa de permanência até certo ponto interessante, mas ainda longe de institui-se de fato. Em seu Termo de Referência (2006) é possível encontrar metas interessantes como a formação de novas lideranças; tensionamento do espaço acadêmico em relação às desigualdades sociorraciais; formação político-teórica dos/as graduandos/

as para que desempenhem função de mediadores na conexão entre os saberes acadêmicos e populares; e formação de uma rede nacional composta por estudantes das camadas menos favorecidas em favor da democratização do ensino superior. Mesmo diante dos entraves a serem enfrentados e superados para o cumprimento de metas tão audaciosas, são objetivos que podem ser alcançados, mas para isso será necessário primeiro a criação de uma metodologia de acompanhamento e monitoramento eficaz; as ações realizadas em esfera local precisam ganhar mais visibilidade e sistematização por parte da Coordenação Nacional; é preciso rever a questão da autonomia universitária, que soa como uma estratégia utilizada pelo MEC/SECADI para justificar sua omissão diante das irregularidades que ocorrem.

No decorrer do desenvolvimento desse texto tivemos contato com uma frase de autor desconhecido, provavelmente usada por grupos panfletários, que dizia: “*Por uma educação que nos ajude a pensar e não que nos ensine a obedecer.*” De imediato nos remetemos as 20 horas obrigatórias de disponibilidade semanal exigidas pelo Programa, que provavelmente ao ser estipulada pelos proponentes do projeto não levou-se em consideração o compromisso com a melhoria do desempenho acadêmico dos graduandos/as, já que se trata de um Programa de permanência na universidade, assim sendo, o ensino acadêmico deve ser prioridade. Para além das questões acadêmicas inerentes, exige-se das/os graduandas/os uma postura ativa e questionadora, como se o direito de exercer esse direito não estivesse diretamente condicionado à disponibilidade de tempo livre. Quem em plena efervescência acadêmica daria conta de tal agenda? O que nos leva a acreditar que o Programa Conexões de Saberes ao expor seus bolsistas à tamanha carga de obrigações não estaria comprometido pedagogicamente com a qualidade do desempenho de seus estudantes. Coincidência ou não, todas as ex-bolsistas entrevistadas extrapolaram o tempo de formação inicial estipulado por seus cursos acadêmicos. O que demonstra que o impacto do Programa Conexões de Saberes em relação a uma permanência satisfatória teve efeito contrário contribuindo para o agravamento do problema da retenção acadêmica.

O principal objetivo do Programa Conexões de Saberes está na formação de novas lideranças populares com capacidade técnica, científica, política e teórica para atuar como novos *intelectuais-militantes*, novos interlocutores entre os de dentro e os de fora, vinculados a projetos e ações sociais em espaços favelados. Nesse sentido, não houve esforço na formação de intelectuais autônomos, ou genuínos como nos propõe Milton Santos, voltados a debruçarem-se sobre os seus problemas originários sem que estivessem comprometidos com alguma organização social, o que nos parece apenas uma tentativa de cooptação de novas lideranças negras e faveladas em potencial.

Para Joaquim Barbosa Gomes, as Políticas de Ação Afirmativa são importantes também pelo fato de darem visibilidade a estudantes negros/as não só no espaço universitário, mas também em seus locais de morada, fazendo com que esses jovens sejam

referências para os demais jovens em igual situação sociorracial. Mesmo concordando com o otimismo de Gomes, é preciso entender que esses processos não se dão de forma fortuita ou involuntária, salvo raríssimas exceções. Como foi debatido ao longo desse trabalho, a entrada na universidade abre a possibilidade de novas demandas que muitas vezes não encontram resposta nas favelas e isso pode fazer com que esses estudantes percam seus referenciais de pertencimento. A contribuição de Gomes nesse sentido ajuda muito na análise em relação ao caráter afirmativo desse programa em relação aos/as estudantes negros/as e moradores/as de espaços favelados. Os depoimentos das entrevistadas demonstram que a entrada na universidade de fato impacta no sentido negativo em relação a suas heranças, reconhecem que o Programa Conexões de Saberes em parte contribui para pensar essas temáticas, mas que efetivamente não alteraram o *status quo*. Isso talvez pelo fato das atividades se apresentarem descoladas da ação política, ativista. O tema das desigualdades sociorraciais é um tema que ainda sofre muita resistência na sociedade e o fato de quase todas as ações realizadas pelo Programa estarem vinculadas a parcerias institucionais de diferentes escalas, pode, além de interferir na autonomia pedagógica, política e filosófica do Programa, ter interferido também nos temas trabalhados pelos bolsistas nas atividades de Extensão e de alguma forma não contribuindo para a construção de novas frentes de luta contra as diversas formas de desigualdades sociais presentes dentro e fora do espaço acadêmico.

Esse trabalho aponta para outras questões de forte cunho subjetivo que envolve a luta de pessoas oriundas das camadas menos favorecidas, em especial as pretas e moradoras de favelas, contra o estigma da discriminação. Desassociar suas trajetórias, mesmo que bem sucedidas em relação a grande parte de seus pares, a disputa por espaço e reconhecimento com representantes de outros territórios e etnias sabidamente mais favorecidos, as remete a todo tempo a um passado sempre presente que as leva subjetivamente a uma violência com si e sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL – PNAD – IBGE – 2001

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *O que é Filosofia?* Rio de Janeiro: ed. 34, 1992.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade*. Rio de Janeiro. Renovar, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multi-territorialidade*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.

_____. *Concepções de Território para Entender a Desterritorialização*. In SANTOS, Milton [et al.] Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3ª Edição.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Prefácio. In LOPES, Maria Auxiliadora e BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Organizadoras). *Acesso e Permanência da População Negra ao Ensino Superior*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2007.

LOPES, Maria Auxiliadora e BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Organizadoras). *Acesso e Permanência da População Negra ao Ensino Superior*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2007.

OLIVEIRA, Iolanda de. BRANDÃO, André Augusto. Avaliação da Política de Ação Afirmativa Para Permanência de Alunos Negros na UFF. In SANTOS, Sales Augusto dos (Organizador). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas (Coleção Educação para Todos)*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, SP. Nobel, 4ª ed. 1998.

SILVA, Francisco Marcelo da. 2012. “O Novo Modelo de Segurança Pública no Rio de Janeiro: violação ou garantia de Direitos Humanos nas favelas cariocas?”. *Pós Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, v. 11, n. 01: 38 – 62.

SILVA, Francisco Marcelo da. CARVALHO, Monique B.. AVENDANO, A. C. A.. O Programa Nacional Conexões de Saberes e a busca por uma Universidade Pública, de Qualidade e Popular. In: VI Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire - Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido, 2008, São

Paulo. VI Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire - Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da pedagogia do oprimido, 2008.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003

WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas – perspectivas e considerações. In SANTOS, Sales Augusto dos (org). *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005.

BLACK PEOPLE IN UNIVERSITY AND THE CHALLENGE OF PUBLIC POLICY TO PERMANENCE: THE CASE OF CONEXÕES DE SABERES PROGRAM IN UNIRIO

ABSTRACT

This work presents part of the master's research done among 2010/2012, by PPGE UFF, where we analyze the Connections Program Knowledge: dialogue between the university and popular communities, while a purported policy of Affirmative Action Student assistance to ensure a permanence with quality black students residents from the favelas, specifically. Apart from material difficulties that are usually present as the first obstacle permanence of historically marginalized groups from entry into the Brazilian higher education, other silent forms such as lack of familiarity with academic themes, racial discrimination territorial and also act as obstacles to be overcome by these groups within academia that in the search for immediate solutions may develop as self-defense, the denial of their ethnic and socio-territorial in the struggle for a permanence less eventful staying at the university.

KEYWORDS

Favela, university, territorialities, black students, policies permanence.

SUBMETIDO EM

Setembro de 2013

APROVADO EM

Maio de 2014

SOBRE O AUTOR

FRANCISCO MARCELO

Mestre em Educação e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Ex-Bolsista Fundação Ford.